

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	15
<b>Apresentação</b> .....	19
<b>Nota à segunda edição</b> .....	21
<b>I. A evolução histórica do Ministério Público</b> .....	23
1. A origem da Instituição .....	23
2. O Ministério Público nas constituições brasileiras .....	25
2.1. A Constituição de 1824 .....	26
2.2. A Constituição de 1891 .....	27
2.3. A Constituição de 1934 .....	27
2.4. A Constituição de 1937 .....	27
2.5. A Constituição de 1946 .....	28
2.6. A Constituição de 1967 .....	28
2.7. A Emenda Constitucional 1/69 .....	28
2.8. A Constituição de 1988 .....	29
3. Questão sobre o tema .....	29
<b>II. A Instituição e o ordenamento constitucional vigente</b> .....	31
1. Conceito e natureza jurídica .....	31
1.1. A inexistência de um “Quarto Poder” .....	33
1.2. Da essencialidade do Ministério Público à jurisdição .....	34
1.3. O membro do Ministério Público enquanto agente político .....	35
2. Princípios Institucionais .....	36
2.1. A unidade institucional .....	37
2.1.1. Os conflitos de atribuições no âmbito da unidade institucional .....	38
2.1.2. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos diversos .....	41
2.2. Indivisibilidade .....	43
2.2.1. Funcionamento de Promotor sem atribuição .....	44
2.2.2. A indivisibilidade e a independência funcional .....	46
2.3. Independência funcional .....	47
2.3.1. A independência funcional não se confunde com a autonomia institucional .....	48
2.3.2. Independência funcional e legitimidade recursal do Ministério Público .....	48
2.3.3. As recomendações da Administração Superior .....	49
2.3.4. Os limites da independência funcional. A fixação e a declaração de atribuição por parte do Procurador-Geral de Justiça .....	49

3. Garantias e vedações constitucionais .....	50
3.1. As garantias do Ministério Público .....	51
3.1.1. A autonomia funcional e administrativa .....	51
3.1.2. A autonomia financeira .....	51
3.1.3. A autonomia legislativa .....	52
3.2. As garantias dos membros do Ministério Público .....	52
3.2.1. A vitaliciedade .....	52
3.2.1.1. A aquisição da vitaliciedade .....	53
3.2.1.2. A perda da vitaliciedade .....	54
3.2.2. A inamovibilidade .....	56
3.2.3. A irredutibilidade de subsídios .....	58
3.2.4. O Foro Especial .....	60
3.2.4.1. A competência para julgamento de habeas corpus e mandado de segurança quando a autoridade coatora é membro do Ministério Público .....	62
3.3. As vedações constitucionais dos membros do Ministério Público .....	63
3.3.1. Percepção de honorários ou verbas equivalentes .....	63
3.3.2. Exercício da advocacia .....	63
3.3.3. Participação em sociedades comerciais .....	64
3.3.4. Exercício de outra função pública .....	65
3.3.5. Atividade político-partidária .....	67
3.3.6. Percepção de quaisquer outros auxílios ou contribuições .....	68
4. O Conselho Nacional do Ministério Público .....	68
5. A Emenda Constitucional 45/2004 – A reforma do Judiciário .....	70
6. Promotor Natural .....	73
7. Jurisprudência sobre o tema .....	77
7.1. Informativos STF .....	77
7.2. Informativos STJ .....	79
8. Questões sobre o tema .....	80
<b>III. A estrutura legislativa e organizacional do Ministério Público .....</b>	<b>83</b>
1. A legislação do Ministério Público .....	83
1.1. Competência para legislar sobre o Ministério Público .....	83
1.2. As leis orgânicas do Ministério Público .....	85
1.2.1. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal 8.625/93 – LONMP) .....	85
1.2.2. A Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal 75/93 – LOMPU) .....	85
1.2.3. A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Lei Complementar Estadual 106/2003 – LOMPRJ) .....	86
1.2.4. A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar Estadual 34/94 – LOMPMG) .....	87
2. O Ministério Público da União .....	88
2.1. O Ministério Público Federal .....	89
2.2. O Ministério Público do Trabalho .....	89
2.3. O Ministério Público Militar .....	90
2.4. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios .....	91
3. O Ministério Público Estadual .....	92
4. O Ministério Público Eleitoral .....	93

4.1. A estrutura do Ministério Público Eleitoral .....	93
4.1.1. Membro do Ministério Público, exercício de atividade político-partidária e candidatura a cargo eletivo .....	95
4.2. Algumas atribuições ministeriais .....	96
4.2.1. Ação de impugnação ao registro .....	98
4.2.2. Investigação judicial eleitoral .....	99
4.2.3. Ação de impugnação de mandato eletivo .....	99
4.2.4. Aspectos criminais da legislação eleitoral .....	100
5. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas .....	100
5.1. A natureza institucional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas .....	101
5.2. A composição dos Tribunais de Contas dos Estados e a participação do Ministério Público .....	104
5.3. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas – Informativos do STF .....	104
6. Jurisprudência sobre o tema .....	108
6.1. Informativos STF .....	108
7. Questões sobre o tema .....	112
<b>IV. Competências e principais atribuições constitucionais .....</b>	<b>113</b>
1. Promoção privativa da ação penal pública .....	113
2. <i>Ombudsman</i> brasileiro .....	117
3. Provocação do controle concentrado de constitucionalidade .....	118
4. Defesa dos interesses dos silvícolas .....	121
5. Controle externo da atividade policial .....	122
6. Outras funções .....	125
6.1. Atestar miserabilidade .....	125
6.2. Promotor <i>ad hoc</i> .....	126
6.3. O Ministério Público e a legitimidade para a ação civil <i>ex delicto</i> .....	128
7. Jurisprudência sobre o tema .....	129
7.1. Informativos STF .....	129
7.2. Informativos STJ .....	136
8. Questões sobre o tema .....	138
<b>V. Estatuto funcional .....</b>	<b>141</b>
1. Observações preliminares .....	141
2. As prerrogativas .....	141
2.1. A prisão e a investigação do membro do Ministério Público .....	142
2.2. Intimação pessoal das decisões – prerrogativa irrenunciável do Ministério Público .....	144
2.3. Porte de arma .....	147
2.4. Livre acesso e trânsito em recintos públicos e privados .....	149
2.5. Assento à direita .....	150
3. Deveres e vedações .....	151
4. Impedimentos, incompatibilidades e suspeições .....	152
5. Responsabilidade dos membros do Ministério Público .....	155
6. Jurisprudência sobre o tema .....	157
6.1. Informativos STF .....	157
6.2. Informativos STJ .....	165
7. Questões sobre o tema .....	168

<b>VI. Estrutura orgânica</b> .....	171
1. Observações preliminares .....	171
2. Os Órgãos da Administração Superior .....	172
2.1. A Procuradoria-Geral de Justiça .....	172
2.2. O Colégio de Procuradores de Justiça .....	179
2.3. O Conselho Superior do Ministério Público .....	180
2.4. A Corregedoria-Geral do Ministério Público .....	182
3. Os Órgãos da Administração .....	183
3.1. As Procuradorias de Justiça .....	183
3.2. As Promotorias de Justiça .....	183
4. Órgãos de execução .....	183
4.1. Os Procuradores de Justiça .....	184
4.2. Os Promotores de Justiça .....	184
5. Órgãos e serviços auxiliares .....	184
5.1. Centros de Apoio Operacional (CAOs) .....	184
5.2. Centros Regionais de Apoio Administrativo Institucional (CRAAIs) .....	185
5.3. Comissão de Concurso .....	185
5.4. Centro de Estudos Jurídicos (art. 47 da LC 106/2003) .....	185
5.5. Órgãos de Apoio Administrativo (art. 36 da LONMP e art. 48 da LC 106/2003) .....	185
5.6. Estagiários (art. 17 da LONMP) .....	186
6. Jurisprudência sobre o tema .....	186
6.1. Informativos STF .....	186
6.2. Informativos STJ .....	191
7. Questões sobre o tema .....	192
<b>VII. Atuação Ministerial</b> .....	193
1. Conflito de atribuições .....	193
1.1. Distinções preliminares .....	193
1.1.1. Conflito de atribuição e conflito de competência .....	193
1.1.2. Conflito de atribuição e dúvida de atribuição .....	195
1.2. Alguns casos específicos de atribuição ministerial .....	196
1.2.1. Agravo de instrumento .....	196
1.2.2. Interposição de apelação na Superior Instância .....	196
1.2.3. Legitimidade ministerial .....	196
1.2.4. Outras hipóteses de conflito de atribuição .....	197
1.3. A solução dos conflitos .....	197
2. A atuação do Ministério Público na área penal .....	201
2.1. As investigações do Ministério Público .....	201
2.1.1. A Decisão do STF no julgamento do Recurso em <i>Habeas Corpus</i> 81.326 .....	201
2.1.2. A inoperosidade do método histórico aplicado .....	202
2.1.3. A inexistente exclusividade da Polícia Judiciária na investigação criminal .....	203
2.1.4. A previsão do poder investigatório ministerial .....	205
2.1.5. O controle de legalidade dos atos investigatórios ministeriais .....	207
2.1.6. A Teoria dos Poderes Implícitos .....	208
2.1.7. A ausência de impedimento ou suspeição do membro do <i>Parquet</i> .....	210
2.1.8. Conclusão .....	212
2.2. Poderes de requisição, notificação e condução coercitiva .....	213
2.2.1. Quebra do sigilo bancário pelo Ministério Público .....	215

2.2.2. O poder de requisição do Ministério Público e os processos perante o Tribunal de Contas .....	217
2.3. As Promotorias Criminais, de Investigação Penal e de Execução Penal .....	218
2.3.1. Promotorias de Justiça Criminal .....	218
2.3.2. Breve apontamento sobre a aplicação do artigo 28 do Código de Processo Penal ....	221
2.3.3. Promotorias de Investigação Penal .....	224
2.3.4. Promotorias de Execução Penal .....	225
3. A atuação do Ministério Público na área cível .....	227
3.1. Introdução .....	227
3.1.1. A atuação do Ministério Público como órgão agente .....	228
3.1.2. A atuação do Ministério Público como órgão interveniente .....	230
3.2. O sistema de provedoria de fundações .....	232
3.3. As Promotorias de Justiça da Infância e Juventude .....	234
3.3.1. A atuação do Ministério Público na “esfera cível” da Promotoria da Infância e Juventude .....	236
3.4. As Promotorias de Justiça de Família .....	236
3.4.1. A atuação do Ministério Público nas ações declaratórias de existência da união estável .....	240
3.4.2. A atuação do Ministério Público nas ações de alimentos – cônjuge maior requer pensionamento .....	240
3.4.3. A interveniência do <i>Parquet</i> nas ações de inventário decorrente do casamento ou da união estável .....	241
3.5. As Promotorias de Justiça de massas falidas e de liquidações extrajudiciais .....	241
3.6. As Promotorias de Justiça de Registros Públicos e de Registro Civil .....	243
3.6.1. Promotoria de Justiça de Registro Público .....	243
3.6.2. Promotoria de Justiça de Registro Civil .....	244
3.7. As Promotorias de Fazenda Pública .....	245
3.8. As Promotorias de Ausentes, Órfãos, Interditos e Resíduos .....	247
3.8.1. Matéria cível residual – Acidente de trabalho .....	248
3.9. Conclusão .....	249
4. A atuação do Ministério Público na defesa dos interesses transindividuais .....	250
4.1. O Ministério Público e a defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	250
4.1.1. A previsão legal dos interesses .....	250
4.1.2. A necessidade das ações coletivas .....	251
4.1.3. Nomenclatura .....	252
4.1.4. Conceitos .....	252
4.1.5. Direitos individuais homogêneos .....	253
4.2. Algumas questões processuais sobre o tema .....	255
4.2.1. Legitimidade ativa do Ministério Público nas ações coletivas <i>lato sensu</i> .....	255
4.2.1.1. <i>A natureza da legitimidade</i> .....	256
4.2.2. Litisconsórcio ativo .....	257
4.2.2.1. <i>Litisconsórcio entre Ministérios Públicos</i> .....	257
4.2.3. Obrigatoriedade da Ação Civil Pública .....	257
4.2.4. Coisa julgada .....	259
4.2.5. A questão dos honorários periciais .....	260
4.3. O inquérito civil .....	261
4.4. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) .....	264
4.5. O Ministério Público e a defesa do patrimônio público e social .....	265
4.6. A defesa da cidadania pelo Ministério Público .....	267

4.6.1. A defesa das pessoas portadoras de deficiência física .....	268
4.6.2. A defesa das crianças e dos adolescentes .....	269
4.6.3. A defesa dos idosos .....	270
4.7. A defesa do meio ambiente pelo Ministério Público .....	272
4.7.1. Conceito de meio ambiente .....	272
4.7.2. A atuação ministerial .....	273
4.8. A defesa do consumidor pelo Ministério Público .....	274
5. Jurisprudência sobre o tema .....	275
5.1. Informativos STF .....	275
5.2. Informativos STJ .....	284
6. Questões sobre o tema .....	295
<b>VIII. Outras questões</b> .....	<b>303</b>
1. Concursos do MP/RJ – Procuradoria-Geral de Justiça .....	303
<b>IX. Apêndice</b> .....	<b>311</b>
1. Súmulas do entendimento predominante da Assessoria Criminal do Procurador-Geral de Justiça .....	311
2. Súmulas do entendimento predominante da Assessoria de Assuntos Institucionais do Procurador-Geral de Justiça .....	312
3. Súmulas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro .....	315
4. Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	317
5. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça .....	317
<b>Bibliografia</b> .....	<b>319</b>